

**HABEAS CORPUS Nº 541.473 - MS (2019/0317829-5)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**PACIENTE** : VINICIUS CANDIDO DE SOUZA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL

**EMENTA**

PENAL. **HABEAS CORPUS** SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA NÃO CONFIGURADA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ATENUANTE. GRAU DE DIMINUIÇÃO. REDUTOR EMPREGADO DIFERENTE DA FRAÇÃO PADRÃO DE 1/6 (UM SEXTO). AUSÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO. MODIFICAÇÃO. POSSIBILIDADE. **WRIT** NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - Com efeito, o STJ entende que, segundo a orientação sumular n. 545, a confissão espontânea do réu, desde que utilizada para fundamentar a condenação, sempre deve atenuar a pena, na segunda fase da dosimetria, ainda que tenha sido parcial, qualificada ou retratada em juízo.

III - Contudo, a hipótese dos autos é outra. Segundo a Corte originária, não houve confissão, pois o acusado, em seu depoimento extrajudicial, não assumiu em nenhum momento a autoria do fato; mas, apenas, se limitou de descrever o contexto dos fatos, imputando a prática delitiva ao corréu. Ou seja, o réu foi *“enfático em afirmar que somente viu o momento em que o referido corréu ‘anunciou’ o roubo, evidenciando, a partir disso, que não estava previamente vinculado para a prática concursal do delito”*. Ademais, o Tribunal local asseverou que “a suposta confissão” não foi utilizada para firma o juízo condenatório, muito menos para a elucidação dos fatos. Desta feita, o acolhimento a irresignação, consoante a argumentação exposta nas razões da impetração, demanda

reexame de provas, medida interdita na via estreita do **habeas corpus**.

IV - Fração de diminuição de pena empregada em razão da atenuante da menoridade relativa. Cumpre destacar que, *"embora o Código Penal não estabeleça percentuais mínimo e máximo de redução para as atenuantes, o julgador deve aplicá-las observando os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Diante disso, esta Corte firmou entendimento no sentido de que é razoável a redução da pena, pela aplicação da atenuante de confissão, no patamar de 1/6"* (HC n. 449.356/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 01/08/2018). Eventualmente, diante de particularidades do caso e mediante motivação idônea, é possível a adoção de fração superior ou inferior a 1/6 (um sexto), em face da incidência de atenuante.

V – **No caso em análise**, a Corte local não expediu nenhuma motivação a justificar a aplicação de fração diversa de 1/6 (um sexto); mas, tão somente, diminuiu a reprimenda em 3 (três) meses de reclusão e 5 (cinco) dias-multa, lapso que corresponde a aproximadamente 1/19 (um dezenove avos) da sanção estabelecida na primeira fase.

**Habeas corpus** não conhecido. Ordem concedida de ofício, a fim de, tão-somente, redimensionar a pena do paciente pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II, do Código Penal em **5 (cinco) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão, mais o pagamento de 20 (vinte) dias-multa**, mantido os demais termos da condenação.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido e conceder "Habeas Corpus" de ofício, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas e Joel Ilan Paciornik votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator